

A construção iconográfica de Afonso I a partir da Guerra de Reconquista

Prof. Me. Rodrigo da Silva Salgado

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar, através de um estudo iconográfico, como se processou a construção da figura guerreira de Afonso I, primeiro rei de Portugal. Diante disso, tal estudo é recortado pelo período do processo de autonomia de Portugal que abrange todo século XII e pelas produções cronísticas e imagéticas posteriores.

A partir da análise acurada das conjunturas e da iconografia, nota-se que a construção histórica da figura do referido rei é calcada na luta contra o muçulmano durante a Guerra de Reconquista, pois a questão fundamental a ser tratada no atual texto é a forma como se deu o estabelecimento do poder de Afonso Henriques devido ao caráter político e unificador do referido conflito.

PALAVRAS-CHAVE: História, Portugal, Afonso Henriques, Medievo português

ABSTRACT

This article aims to analyze, through an iconographic study, how the construction of the warrior figure of Afonso I, the first king of Portugal, took place. In view of this, this study is cut by the period of Portugal's autonomy process that covers the entire twelfth century and by the later chronicle and imagery productions.

From the accurate analysis of conjunctures and iconography, it is noted that the historical construction of the figure of the referred king is based on the fight against the Muslim during the War of Reconquest, since the fundamental question to be addressed in the current text is the way in which Afonso Henriques' power was established due to the political and unifying character of the aforementioned conflict.

KEYWORDS: History, Portugal, Afonso Henriques, Medieval Portuguese.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar, através de um estudo iconográfico, como se processou a construção da figura guerreira de Afonso I, primeiro rei de Portugal. Diante disso, tal estudo é recortado pelo período do processo de autonomia de Portugal que abrange todo século XII e pelas produções cronísticas e imagéticas posteriores.

A partir da análise acurada das conjunturas e da iconografia, nota-se que a construção histórica da figura do referido rei é calcada na luta contra o muçulmano durante a Guerra de Reconquista, pois a questão fundamental a ser tratada no atual texto é a forma como se deu o estabelecimento do poder de Afonso Henriques devido ao caráter político e unificador do referido conflito.

A atuação militar deste monarca contra os “infiéis” inclui muitos segmentos da sociedade que se firmava. A integração política tornou-se viável em virtude da integração das regiões recém-conquistadas, criando um espaço razoavelmente autossuficiente.

Assim, o presente trabalho entende que a Guerra de Reconquista possui um verdadeiro sentido unificador de todo o território do Condado Portucalense e é precisamente a vitória de Afonso Henriques neste empreendimento, assim como sua rede de estratégias políticas e de poder, que levam ao seu reconhecimento como o primeiro rei de Portugal, sendo esta legitimação proveniente do seu prestígio na guerra e da autoridade que ela lhe conferiu, sempre unindo a figura do monarca a esta ação armada.

Segundo José Mattoso, a Reconquista em território português acabaria por ter em conta tais ordens de fatores apresentadas. Longe de significar o avanço por terrenos previamente demarcados em improváveis mesas de negociações, veio a sancionar na prática, a lógica organizativa de um território, cuja estrutura interna contava muitos séculos de existência.

Para o autor, a guerra contra os muçulmanos no Condado Portucalense amalgamou o sentido militar com o político, havendo um propósito eficaz de apropriação de pontos estratégicos, de defesa e repovoamento eficaz do território. Em suma, foi a competência militar de Afonso Henriques na Reconquista que lhe permitiu

o reconhecimento de Afonso VII e dos demais soberanos da Península Ibérica como legítimo rei de Portugal. (MATTOSO, p. 429. 1992)

É importante ressaltar que a luta contra o muçulmano¹ não possui somente uma importância militar, mas também, política. Esta perspectiva de análise nos permite compreender o caráter eminentemente guerreiro dos primeiros monarcas portugueses, pois os mesmos se impõem, no conjunto dos reinos cristãos, como chefes guerreiros que devem a sua dignidade à descendência régia, porém pelo vigor militar encontram sua legitimação.

O caráter guerreiro e secular da autoridade régia em Portugal parece ter sempre prevalecido durante toda a primeira dinastia, como acontecia em Leão e Castela. De acordo com a *Chronicon Conimbricense* e a *Chronica Gothorum*, a ascensão de Afonso I ao trono português representava o juízo de Deus e sua vontade divina, assim como sua proteção em relação aos povos ibéricos, especialmente, os portugueses. Assim, o monarca era apenas aclamado num contexto guerreiro, sem qualquer legitimação sacral para seu título.

Segundo José Mattoso, a concessão do Condado Portucalense a D. Henrique, filho do conde de Borgonha, está intimamente ligada à ofensiva almorávida no século XI e à “inaptidão” militar de D. Raimundo diante dessa situação, pois as ações deste se reduziu praticamente à tomada de posse das cidades de Lisboa e Santarém, que lhe foram entregues pelo rei de Badajoz em 1093, e depois a um esforço em vão por manter a posse de Santarém, já que Lisboa foi logo em seguida conquistada pelos Almorávidas. (MATTOSO, p. 32. 1992)

Segundo Maria Helena da Cruz Coelho, a política interna do conde D. Henrique foi hábil na administração dos interesses e forças sociais em presença no Condado Portucalense. D. Henrique apoiou-se na nobreza local, que teve largo campo de ação, devido às longas ausências do conde em campanhas militares para além do território. (COELHO, p. 29. 1997)

¹ Segundo Saul Antônio Gomes, por muçulmanos devemos entender na Península Ibérica um conjunto plural de etnias socioculturais, correspondendo diferentes capacidades demográficas e mesmo econômicas. Muçulmanos eram, antes de tudo, aqueles que seguiam a fé islâmica. Na Península Ibérica, poderíamos distinguir muçulmanos andaluzes, árabes e berberes, muladis ou “neomuçulmanos”, muçulmanos brancos e negros. Todos estes grupos étnicos se distinguiram do ponto de vista sociobiológico, mas unia-os a identidade religiosa. O referido autor afirma que do ponto de vista dos cristãos do Norte peninsular, todos eles eram genericamente identificados como mouros. GOMES, Saul. Grupos étnico-religiosos e estrangeiros. In: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV. Lisboa: Presença, 1996. Vol III, p. 309.

Dessa maneira, é na conjuntura do processo de autonomia do Condado Portucalense e da Guerra de Reconquista que o papel de rei surge como um símbolo de poder interno, preservador da paz e justiça, garantindo a subsistência do reino. O espaço construído por ele surge como um prolongamento do que era propriamente o Condado de Portucale, à medida que Afonso Henriques, filho de D. Henrique, altera o panorama político do reino de Portugal com as terras recém-conquistadas.

A atividade militar do referido rei traduziu-se em múltiplos aspectos, seja na segurança efetiva para as terras da retaguarda, ou seja, do Tejo para o Norte ou na ampliação territorial, o que significava um aumento de espaço disponível para a descida das populações excedentes do Norte e para a diversificação dos recursos econômicos ou na afirmação de um esforçado guerreiro peninsular aos olhos da Santa Sé. (MARQUES, p. 31. 1996)

Por meio da administração régia e a um custo humano elevado, as terras recém-reconquistadas se agregaram de maneira orgânica ao núcleo primeiro do condado. Atuando desta forma, Afonso I demonstrava a imagem de um rei atuante em seu espaço físico e nas relações sociais do reino.

Nas crônicas citadas anteriormente, o principal fundamento da realeza era considerado como correlativo ao direito de conquista. Tal direito, o rei analisado tinha demonstrado amplamente e é, por este motivo, que estes relatos ressaltam a sua bravura, sagacidade e os seus sucessos guerreiros.

Durante o período aqui analisado, existe uma união indissociável entre a instituição real e a pessoa que a encarna, ou seja, o rei. A compreensão do poder régio encontra-se no conhecimento do próprio ideal do príncipe, pois a atribuição dos poderes ao monarca e sua ampliação sempre está relacionada com a representação que este possuía, com a construção da figura do monarca e de seu poder.

Em suma, a figura régia possui um poder em si mesma. Este efeito de poder é mais intenso, embora a maioria dos súditos, a quem é dirigida esta mensagem, nunca sequer viram seu rei. Portanto, a única idéia que podem possuir dele é a divulgada nas representações e feitos que a ele são atribuídos.

Estas representações simbólicas tomam para si um valor quase definitivo para a figura que o súdito forma de seu rei. A maioria das representações de Afonso

Henriques possui a tendência de convertê-la numa idéia perfeita, inviolável e modelada de um grande guerreiro. Os feitos que o rei realiza são para seus súditos, elementos individualizadores de sua pessoa, pois as conquistas de Afonso Henriques lhe proporcionam a idéia guerreira que vai perdurar ao longo de sua vida e, posteriormente, cimentar a concepção de um combatente singular.

Ao analisar a questão do poder régio, percebe-se que a luta contra o “infiel” norteou a criação desta legitimação guerreira. Para entender melhor essas representações, é importante estudar o conceito de Poder Simbólico elaborado pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu. (BOURDIEU, p. 08. 1992)

Segundo o autor, este conceito é considerado como um poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. O poder simbólico surge como todo o poder que consegue fixar significações e estabelecer as mesmas como legítimas.

Pode-se considerar as funções políticas deste conceito, conferindo este encargo proveitos particulares que tendem a se apresentar como interesses universais, comuns ao conjunto do grupo. O grupo soberano contribui para a integração real da classe dominante, assegurando um diálogo entre os seus pares e distinguindo-os de outros grupos.

Com essa integração da sociedade no seu conjunto, o grupo dominante almeja uma desmobilização dos grupos dominados. Isto contribui para o reconhecimento da ordem por meio do estabelecimento das hierarquias distintas e para a legitimação dessas diferenças.

Quanto a sua definição mais plausível, da qual derivam as noções de violência simbólica e eficácia simbólica, consideramos o poder simbólico como um aquele que a ele está sujeito dá a quem o exerce, um crédito com que ele o credita, que lhe confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe, porque aquele que a ele está sujeito crê que ele existe.

Para Bourdieu, os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados.

Assim, o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem. Os símbolos, por sua vez, são os instrumentos por excelência da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, e

que tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. (*Ibidem*, p. 14)

Os sistemas simbólicos devem sua força ao fato de as relações de poder que neles se exprimem somente se manifestarem neles em forma irreconhecível de relações de sentido. Além disso, as representações simbólicas são determinadas pelos interesses de grupos que as criam, não sendo de forma alguma discursos neutros, mas produz estratégias e práticas, seja social ou política, impondo certa autoridade a legitimar e justificar para os indivíduos suas escolhas e condutas.

Estas representações são os instrumentos de conhecimento e reconhecimento imediato que nos fornecem a visão de um objeto ausente através de sua substituição por uma imagem, capaz de o reconstituir em memória e de o representá-lo como ele é.

Portanto, entende-se esta vinculação como o relacionamento de uma imagem presente de um objeto ausente, pois somente entendendo esta lógica das representações simbólicas compreenderemos a lógica das práticas sociais do período proposto a ser analisado.

Durante a construção da figura de Afonso Henriques e o processo de autonomia de Portugal, todas as representações produzidas acerca deste monarca coincidem em explicitar um ponto crucial: o seu papel como chefe guerreiro. Ao analisarmos as crônicas e cruzarmos as informações com a documentação imagética, verificamos sempre o caráter belicoso atribuído ao rei, associando-o aos seus feitos militares.

O uso constante de símbolos guerreiros a toda realeza, principalmente o escudo com as armas régias, a criação de uma memória régia em que o rei surge como chefe vitorioso do combate contra os muçulmanos, constitui outros tantos elementos que vão fixando lentamente os signos da identificação do reino de Portugal.

O poder simbólico como poder de constituir, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário. O mesmo define-se numa relação determinada, e por meio desta, entre os que exercem o poder e o que lhes estão sujeitos.

O conceito é uma forma transformada, um poder subordinado, transfigurado e legitimado das outras formas de poder. Trata-se, portanto, de um poder constituído de modo relacional, por aquele que o exerce e pelo que se encontra subjugado.

Além da produção imagética, verifica-se o Poder Simbólico também na documentação de origem arquivística, pois Afonso Henriques procura estabelecer uma rede de estratégias e alianças através de uma política de repovoamento com as constantes doações através de cartas de couto, tanto às ordens monásticas quanto para as ordens militares religiosas, tais como os Templários e Hospitalários, ou para a nobreza que participou ativamente do processo de Reconquista.

O REI MEDIEVAL

É notório que o rei medieval foi um personagem específico da História entre os séculos VI e XVI. Le Goff aponta que o mesmo evoluiu e sofreu constantes transformações durante o longo período, dentro do qual podemos distinguir três realidades: a época carolíngia, quando o monarca se torna ungido e um rei ministerial; entre meados dos séculos XII e XIII, quando surge um monarca administrativo face a três realidades, a coroa, o território e a lei; e por fim, quando o rei se encontra diante de um reino sacralizado, o qual aquele se esforça para absorver.

De acordo com Jacques Le Goff, o rei medieval amalgamou heranças desde a Antiguidade, da Índia e do Oriente Médio à monarquia helenística, do Antigo Testamento ao Império Romano, ao mundo céltico e ao mundo germânico prémedievais. O mesmo personagem dependeu de uma estrutura fundamental de poder: a monarquia. (LE GOFF, SCHMMIT (orgs.), p. 395. 2002)

O mesmo autor indica que a personagem do rei medieval, por sua vez, se viu à frente de uma situação um tanto difícil, pois teve de vencer uma desvantagem inicial, representada pela repulsa pelo *nomen regium*, aversão esta que se enfraquecera sob o Império até desaparecer na segunda metade do século IV, por influência cristã.

Dessa maneira, o rei medieval surgiu como o produto final de uma ruptura e uma inovação em matéria política. Podemos afirmar que houve uma unicidade do poder real na Cristandade Ocidental. Os reinos da Idade Média tiveram à sua frente um rei único e superior. Esta realeza medieval não se fragmentou. O caráter do rei cristão foi sem dúvida o aspecto mais novo e mais importante no medievo.

Seu fundamento ideológico residiu na passagem do politeísmo característico da Antigüidade para o monoteísmo. Partindo desta idéia, a figura do rei medieval era retratada como a imagem de Deus, ou seja, *rex imago Dei*.

Sobretudo, foi com Cristo que o monarca medieval desenvolve analogias particulares. A ideologia cristã do espaço encontrou-se no lugar que o rei ocupa na sociedade. No cristianismo, em que o sistema dominante de orientação do espaço é a oposição entre um alto valorizado e um baixo depreciado, o lugar do rei está no alto, acima.

O rei medieval foi assim colocado em um sistema hierárquico segundo uma teoria que se constituiu desde a Alta Idade Média pela teologia dionisina. Quando, a partir do século XII, se difundiu a teoria orgânica, corporal, descrevendo a sociedade como um corpo humano, o rei esteve à testa desse corpo social.

Le Goff indica que os chefes políticos e militares da Idade Média utilizaram o maravilhoso² para seus fins. As dinastias reais sempre procuraram forjar para si origens míticas, o que, posteriormente, é observado na tentativa de apropriação do passado mítico por famílias nobres e cidades. (LE GOFF, p. 50. 1983).

Durante a construção da figura guerreira de Afonso Henriques encontramos esta apropriação nítida do maravilhoso. De acordo com a crônica de Duarte Galvão, durante o milagre de Ourique, as tropas de Afonso Henriques foram tomadas de medo e de receio da derrota devido a sua inferioridade numérica ao se depararem com as hordas de cinco reis mouros.

Todavia, de acordo com o referido cronista, é nesta adversidade que o milagre se manifesta, pois ao perceber o abatimento de suas tropas, Afonso Henriques prontamente se pôs a discursar com a finalidade de levantar os ânimos de seus companheiros de armas, pois o mesmo afirmou que este discurso foi baseado na justificação divina de sua vitória nesta contenda, pois na noite anterior à batalha, Cristo lhe havia aparecido em visão e ele havia prometido a vitória contra os muçulmanos.

² O referido conceito é concebido como uma categoria, um conjunto de seres, fenômenos, objetos, possuindo todos a característica de serem surpreendentes, e que podem estar associados quer ao domínio propriamente divino quer ao domínio natural, quer ao domínio mágico, diabólico, portanto uma ilusão produzida por Satã e seus seguidores sobrenaturais ou humanos. Maravilhoso. In: LE GOFF, Jacques, SCHMITT, Jean-Claude (org.). Dicionário temático do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2002. Vol. II. P. 106

A concepção de realeza maravilhosa esteve presente em toda a Idade Média. Ela se fundamentava numa acumulação de lendas, mitos, crenças e ritos que atuavam como causas de força “moral” dos monarcas medievais. Assim, podemos perceber o maravilhoso tornando-se um instrumento de construção política e do poder em Portugal.

Nas crônicas e nas imagens, a figura construída de Afonso Henriques aparece como o verdadeiro salvador das terras portugalenses do jugo dos muçulmanos. Era o eleito e representante de Deus com a missão de solidificar o processo de autonomia do Condado Portucalense e tornar as terras reconquistadas produtivas, além de integrá-las a toda Cristandade.

A obra de José Manuel Nieto Soria é imprescindível para o estudo da imagem do rei medieval.³ O referido autor analisa a construção desta como uma legitimação e assentamento do poder. Em sua obra, o autor infere que a edificação desta imagem se fundamenta em todo um processo de moralização do rei e do reino com as prerrogativas do poder régio impostas pelo cristianismo.

A figura de um bom rei era construída com o intuito de buscar o bem comum, através da verdade e justiça. Cumprindo sua função de representante de Deus na Terra, deve o rei se submeter a comportamentos e atitudes que demonstrem suas virtudes, imitando o modelo de Cristo.

De acordo com o autor, ao analisarmos o conceito de Monarquia medieval, pensamos neste conceito como uma ética, uma teoria e uma prática do poder, capaz de manter a lealdade dos súditos e de uma parte significativa dos mesmos, guiando a própria realeza em sua ação de governo. (*Ibidem*, p. 36)

Durante o período analisado, existiu uma união indissociável entre a instituição real e a pessoa que a encarna, ou seja, o rei. De acordo com Soria, o monarca devia representar a figura do juiz, defensor e executor da justiça a fim de trazer equilíbrio ao reino, sendo este um árbitro entre as forças divergentes.

Esta ideia faz-se presente nas crônicas e documentos relacionados ao monarca trabalhado, pois de acordo com as mesmas, a ascensão e vitórias de Afonso Henriques demonstravam a expressão do juízo de Deus e da vontade divina,

³ SORIA, José Manuel Nieto. Fundamentos ideológicos del poder real em Castilla (siglos XIII- XVI) Madrid: Eudema. 1988.

conferindo-lhe a missão de libertar as terras portugalenses do jugo muçulmano e solidificar uma monarquia cristã de grande relevo na Cristandade.

Os reis portugueses o são “pela graça de Deus” e é esta a fundamentação do seu poder jurídico supremo e a justificação moral das suas vitórias. Na instituição monárquica, o rei apareceu como instância máxima na divisão da justiça, sendo este dever tanto moral quanto, sobretudo, jurídico, tratando-se de uma prerrogativa essencial do poder régio.

Segundo Soria, o rei valorizou-se por sua capacidade para executar a justiça. Do ponto de vista de sua fundamentação teológica, a imagem do rei executor da justiça foi consequência da idéia do vicariato régio, no qual os reis tomam o nome de Deus e seu poder de fazer justiça. Esta figura refere-se também a identificação do conceito de um rei juiz com a idéia de um bom governo. (*Ibidem*)

Em Portugal, efetivamente ao rei cabia zelar pela equidade porque, ao estabelecer justiça, estava a garantir a paz e esta era uma das mais importantes atribuições de uma monarquia bem sucedida.

CONSTRUINDO A FIGURA DE UM REI GUERREIRO E VITORIOSO

A conjuntura do século XII foi caracterizada por confrontos militares, em que o fundamental dos atributos é situado nas virtudes guerreiras e nos gestos heróicos, baseado na função belicosa destes homens. Aliada a esta realidade, uma imagem física correspondente a isto assumiria importância fulcral na construção deste rei.

Assim, as qualidades de chefe guerreiro, herói vitorioso, disposto a arriscar a própria vida em prol da Cristandade, de seus súditos, aliado ao seu amor ao seu reino foram ideias presentes na construção histórica da dinastia afonsina.

Doravante, infere-se que a construção imagética posterior a este período se encarregará disto. Desta forma, diversos atributos de Afonso Henriques foram retirados da tradição que, por sua vez, os conservou em gerações. Lentamente, as imagens revelam-se mais pormenorizadas, a fim de atingirem uma detalhada caracterização dos reis medievais.

Os mecanismos de representação, propaganda e memória régia tornaram-se particularmente fulcrais nesta busca pela legitimidade do poder. Dessa maneira, são consideradas as estratégias que Afonso Henriques recorreu a todos os instrumentos, agentes e cenários de propaganda para afirmar seu poder através da guerra.

Em Portugal, o principal fundamento da realeza era considerado como correlativo ao direito de conquista, o qual se demonstrava pela aquisição de novos territórios. De acordo com José Mattoso, este direito o monarca tinha demonstrado amplamente e é, por este motivo, que todos os cronistas que narram sobre sua vida e realeza ressaltam a sua strenuitas, a sua valentia, os seus sucessos guerreiros. (MATOSO, p. 219. 1993)

O referido historiador analisa esta concepção da função régia que se desenvolveu na Península Ibérica desde a segunda metade do século XI, não somente porque prolongava as tradições da monarquia asturiana, de caráter eminentemente guerreiro, mas também como forma de contestação das pretensões da cúria romana a exercer a soberania na Península Ibérica.

As representações artísticas de Afonso Henriques apresentam o rei coroado e envolvido pelo manto solene, uma delas, a saber, é a estátua que se encontrava na igreja da Alcáçova em Santarém e, atualmente, é guardada no Museu do Carmo.

É notório que em Portugal se dá maior importância às insígnias que simbolizam o poder militar do que às usadas como expressão do sagrado. As representações iconográficas de Afonso Henriques põem em relevo, de maneira muito expressiva, a espada.

O rei empunha e coloca-a sobre o ombro numa atitude que consideramos ostensiva, como se indicasse a sua insígnia mais representativa, aquela que lhe fornece uma autoridade singular, a que o distingue de todos os outros homens. Esta referida espada erguida possui também um atributo: simboliza claramente o direito de vida ou de morte, ou seja, a justiça régia, como indica a representação iconográfica abaixo:



A espada, em particular, assume no período analisado, novos significados. Entre os romanos, ela era associada ao poder delegado dos magistrados que agiam em nome do reino. O rei medieval é representado “em majestade”, portador dos signos de sua função e em particular da espada, simbolizando sua autoridade sobre os homens, um poder de justiça, de polícia e de direção das hostes armadas.

Além do busto acima, percebe-se tal construção imagética a partir de uma análise acurada da estátua de D Afonso Henriques em Guimarães elaborada por António Soares dos Reis. Esta é considerada uma figura de 'proa' das belas-artes portuguesas na segunda metade do século XIX, ou seja, um período posterior ao vivido pelo referido rei. Tal obra foi inaugurada em 20 de outubro de 1887, encontrando-se junto ao Paço dos Duques desde 1940 e, mesmo num período bem posterior, ela indica a permanência dos traços guerreiros idealizados dos reis portugueses:

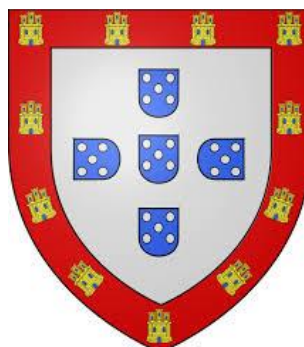


De acordo com Raimundo Lúlio, o significado que reside na espada é dado à semelhança da cruz, pois indica que o cavaleiro deve combater e vencer os inimigos da cruz, assim como Cristo através da cruz venceu a morte. O referido autor salienta

que o cavaleiro deve manter a justiça e a paz através da espada, pois ambas caminham juntas e é ofício de todo bom cavaleiro pacificar os homens através das armas. (LLULL, p. 25. 2000)

A função eminentemente guerreira da monarquia de Afonso Henriques não se exprime apenas por meio da espada. Ela afirma-se também pela importância que é fornecida ao escudo. Além da espada, esta insígnia militar tornou-se o principal elemento das armas régias e, posteriormente, da própria identidade coletiva de Portugal. Este fato explicaria que o escudo se guardasse como uma espécie de relíquia, junto com a espada.

A ligação mítica do escudo de Afonso Henriques, pendurado sobre seu túmulo, com a monarquia era marcada pela crença, testemunhada no princípio do século XV, de que ele caía quando morria um rei de Portugal. Essas duas relíquias eram testemunhos convincentes de que Afonso Henriques devia o título de rei às suas ações guerreiras, corroborando as narrativas tecidas acerca de seu reinado.



Dessa maneira, o escudo tornou-se então o principal elemento das armas régias e, num momento posterior, da própria nação de Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, infere-se que foi a guerra que assegurou a Afonso I um território suficientemente amplo para deixar de ser apenas um condado e se tornar um reino. Ademais, foi ainda o sucesso nos campos de batalha que deu a Sancho I a possibilidade de se apresentar como legítimo sucessor de um chefe militar.

Dessa forma, é possível afirmar que foi durante a Reconquista que o poder de Afonso I se configurou, pois esta soberania vinha-lhe da idéia de recuperar o território

do Condado Portucalense das mãos dos muçulmanos. Assim, a figura do referido rei, devido a este ideal, acaba ligando-se à ação armada, intimamente centrada no alargamento do espaço físico inicial do território do Condado Portucalense.

Em Portugal, os primeiros reis da Dinastia Afonsina foram justificados por esse trabalho, e a extensão do seu território às terras retomadas aos muçulmanos constituía apenas a prova da sua submissão a Deus e aos seus mandamentos. Os signos de poder construídos durante a primeira monarquia de Portugal foram totalmente calcados na guerra contra o muçulmano, representando, deste modo, uma monarquia voltada aos inúmeros embates contra o islamismo.

Dessa maneira, é notório que a consolidação política de Portugal não foi fruto apenas da própria força de Afonso Henriques, pois sem a ajuda de seus auxiliares durante o processo de Reconquista como seus companheiros de armas, clérigos da chancelaria e a propaganda ideológica dos monges e cônegos regrantes, principalmente do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra que o apresentaram como um instrumento de Deus na luta contra o muçulmano, o referido rei não teria sido reconhecido como chefe pelos habitantes do território que conquistou e dominou.

Sem este pleno reconhecimento, Afonso I não poderia transmitir a sua coroa e suas insígnias régias ao seu filho e sucessor Sancho I e nem este, provavelmente, teria sido reconhecido como seu verdadeiro sucessor.

A ascensão de Afonso Henriques ao trono português representava o aparecimento de um novo rei, destinado a tomar na Cristandade um lugar de relevo, amalgamando a figura do rei, da guerra e de um reino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DICIONÁRIOS

DICIONÁRIO DE HISTÓRIA DE PORTUGAL ILUSTRADO. Lisboa: Círculo de Leitores, 1984. Vol I e II.

LE GOFF, Jacques, SCHMMIT, Jean-Claude (org.). Dicionário temático do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2002. Vol I e II.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand, 1992.
- _____. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- CARDINI, Franco. Guerra e Cruzada. In: Dicionário temático do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2002. VOL I e II. _____. O guerreiro e o cavaleiro. In: LE GOFF, Jacques (dir.). O Homem Medieval. Lisboa: Presença, 1989.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. O poder da Idade Média: um relacionamento de poderes. In: Homens, espaços e poderes: Séculos XI-XVI. Lisboa: Livros Horizonte, 1990.
- _____. O poder na Idade Média: um relacionamento de poderes. In: Poder central, poder regional, poder local: uma perspectiva histórica. Lisboa: Cosmos, 1997.
- COSTA, Ricardo. A guerra na Idade Média: um estudo da mentalidade de cruzada na Península Ibérica. Rio de Janeiro: Paratodos, 1998.
- FLORI, Jean. A cavalaria: a origem dos nobres guerreiros da idade média. São Paulo: Madras, 2005.
- _____. Cavalaria. In: LE GOFF, Jacques, SCHMMIT, Jean-Claude (org.). Dicionário temático do ocidente medieval. São Paulo: EDUSC. 2002, Vol I.
- LE GOFF, Jacques. O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval. Lisboa: Edições 70, 1983.
- _____. Rei. In: Dicionário temático do Ocidente medieval. São Paulo: EDUSC, 2002. Vol II.
- LLULL, Ramon. O livro da Ordem da Cavalaria. São Paulo: Giordano, 2000.
- MARQUES. A. H. de Oliveira. História de Portugal: Desde os tempos mais antigos até à presidência do Sr. General Eanes. Lisboa: Palas, 1985. Vol I.
- MATTOSO, José. O essencial sobre a cultura medieval portuguesa: séculos XI a XIV. Coimbra: Imprensa nacional-Casa da Moeda, 1985.
- _____. A Formação de Portugal e a Península Ibérica nos séculos XII E XIII. In: Actas das II jornadas luso-espanholas de História medieval. Porto: Centro de História da Universidade de Porto, 1987. Vol. I.
- _____. Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal. Lisboa: Estampa, 1988. Vol. I & II.
- _____. História de Portugal. Lisboa: Círculo de leitores, 1992. Vol I e II.
- _____. Portugal medieval: novas interpretações. Lisboa: Imprensa Nacional, 1992.
- _____. Fragmentos de uma composição medieval. Lisboa: Estampa, 1993.
- MIETHKE, Jürgen. Las ideas políticas de la Edad Media. Buenos Aires: Biblos, 1993.
- SARAIVA, José Hermano. História concisa de Portugal. Lisboa: Europa América, 1981.



SERRÃO, Joel. MARQUES, A . H. de Oliveira (org.). Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV. In: Nova História de Portugal. Lisboa: Presença, 1996. Vol III.

SOARES, Torquato Brochado de Souza. Subsídios para o estudo da organização municipal da cidade do porto durante a Idade Média. Barcelos: Editora do Minho, 1935.

SORIA, Jose Manuel Nieto. Fundamentos ideológicos del poder real em Castilla (siglos XIII- XVI). Madrid: Eudema, 1988.

_____. Ceremonias de la realeza: Propaganda y legitimación en la Castilla Trastámara. Madrid: Nerea, 1993.